

A Evolução das Abordagens Teóricas da Questão Racial no Brasil

Josimildo José Silva, Luciano Ferreira, Gilberto Brandão
Marcon, Liana Maria Sálvia Trindade

Resumo

Na vida em sociedade alternam-se a experiência das relações, seja das pessoas, seja de grupos que compõem o sistema social, com a produção do conhecimento teórico constituído a partir da metodologia científica, o que por si só não inibe a influência que recebe da subjetividade do pesquisador e autor da hipótese teórica, embora, em tese, a produção científica se associe ao preceito da objetividade a priori. Neste sentido, ao observar a evolução do tratamento teórico dado pelas diferentes abordagens de pensamento ao longo do tempo, tendo por objeto de estudo a questão racial, este trabalho vem demonstrar a influência do momento histórico, com seus aspectos políticos, econômicos e culturais, enfim, sociais em geral sobre as conclusões obtidas. Mais do que nunca mostrando a relatividade da verdade e a influência dos aspectos sociais, políticos e econômicos na construção do saber em ciências humanas que, de modo geral, não parece isento do maniqueísmo enraizado nos construtores de conhecimento.

Palavras-chave

Abordagem Científica, Conflito Racial, Diversidade, Miscigenação, Racismo e Teoria Racial.

Autores

Josimildo José da Silva
(co-autor) - Administrador, Sociólogo e Advogado, com Mestrado Interdisciplinar na UNIMARCO. Atualmente é professor da Faculdade Drummond e Faculdade João XXIII.

e-mail:
josimildojjs@zipmail.com.br

Luciano Ferreira da Silva
(co-autor) - Administrador, especialista em Gestão em Marketing, Especialista em Psicologia Organizacional, Especialista em Administração de Recursos Humanos e Mestrado Interdisciplinar pela UNIMARCO. Atualmente é professor da UNINOVE e da Faculdade Trevisan.

e-mail:
lf_silvabr@yahoo.com.br

Gilberto Brandão Marcon
Professor e Pós-graduado em Economia de Empresas pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino-FAE. Mestre em Administração pela Universidade São Marcos - UNIMARCO.

e-mail:
gilbertobrandao@fae.br

Liana Maria Sálvia Trindade
Antropóloga, Livre Docente da USP, Membro Fundadora do Setor de Estudos Africanos da USP. Atualmente é professora do curso de Mestrado Interdisciplinar da UNIMARCO.

e-mail:
liana-trindade@uol.com.br

Recebido em 16/outubro/2009
Aprovado em 02/dezembro/2009

1. Introdução

O trabalho em questão visa a estudar a evolução histórica da concepção da questão racial no Brasil, ou dito de outro modo, como a expressão do racismo evoluiu na formação da sociedade brasileira. Para tanto se considerará o seguinte significado para o conceito de racismo: fenômeno que parte da concepção do aspecto diferenciador, acompanhado de critério de intencionalidade que produz conclusões no sentido de existir diferencial qualitativo racial que acaba por definir a existência de raças que são superiores, e aquelas que são inferiores. Ou seja, o racismo é o exercício interativo desta suposta diferenciação, de modo que racista é quem tem a crença neste diferencial.

A intensidade em que se expressa esta crença, ou seja, o grau em que se dá o exercício desta concepção é expresso diretamente na tolerância existente entre os grupos diferenciados. O estado ideal seria aquele onde houvesse a plena e harmônica convivência da diversidade. Neste caso o critério diferenciador racial seria nulo. Num grau intermediário estaria a condição onde se reconhece haver o racismo, portanto, o pré-conceito, mas se tem a percepção deste ser inadequado. Neste caso, existiria conflito entre o vivenciado e o entendimento da questão. Avaliando esta hipótese se concluiria que é algo que poderia ir da ação dissimulada, questionada pela conscientização, até a pura hipocrisia, onde o racista finge não sê-lo, sem qualquer pudor de consciência.

Num pólo oposto estará a ação racista direta, sem qualquer tipo de fator de abrandamento. Neste caso o conflito se mostra aberto com um grupo travestido política e ideologicamente sob o cobertor racial, dominando-se o outro e criando estados amplamente diferenciados de direitos. É quando se tem a segregação, onde o grupo dominante leva o outro à servidão e até mesmo à escravidão. Por fim, chega-se à situação limite de completa intolerância, espécie de aversão racial onde a estupidez atropela o bom senso. É quando um grupo se define pelo processo de seleção ou limpeza racial; trata-se do exercício dos instintos mais baixos do ser humano. Aqui estão os genocidas, os produtores de crimes coletivos contra a humanidade.

Ao observar a evolução da questão racial no Brasil, encontra-se desde o estágio de menor tolerância, porém sem a aversão genocida, para um plano de intensidade intermediária, que é o que ter prevalecido, e ainda estar presente, porém evoluindo por conta de crescente vontade política para que a questão caminhe em direção da efetiva e real harmonização, ideal ainda a ser alcançado.

Enfim, a polêmica questão do racismo no Brasil parece começar a adquirir o debate acadêmico que pleiteia uma maior intervenção da sociedade na questão, o que é positivo, à medida que este parece interferir diretamente no comportamento da população, como expressivo formador de opinião.

Em recente matéria do Jornal Folha de São Paulo, em matéria jornalística fundamentada em dados levantados pelo instituto de pesquisa do mesmo grupo de comunicação, o Datafolha, se permitiu chegar à seguinte avaliação:

Seja por mero pudor ou realmente por uma questão de consciência, os brasileiros, hoje, se mostram menos preconceituosos do que há 13 anos. Ao repetir neste ano perguntas feitas em 1995, o Datafolha identificou que caiu significativamente o grau de concordância da população com frases como “negro bom é negro

de alma branca” ou “se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem (GÓIS, 2008).

Os dados da citada pesquisa revelam, segundo informa o texto jornalístico (GÓIS, 2008), que:

Para 91% dos entrevistados, os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros. No entanto, quando a pergunta é pessoal, só 3% (excluindo aqui os autodeclarados pretos) admitiram ter preconceito. [...] Foi igualmente alto (63%) o percentual de entrevistados que afirmaram que negros têm preconceito em relação a brancos, mas somente 7% (excluindo os brancos) dizem ter, eles mesmos, algum preconceito. [...] Também caiu (de 22% para 16%) a proporção de brasileiros que se sentiram discriminados por sua cor. Esse percentual, no entanto, chega a 41% entre autodeclarados pretos.

As informações produzidas ganham, assim, uma espécie de caráter contraditório; entretanto, não se trata de contradição, mas sim de ambivalência entre o que se objetiva ser e o que se efetivamente é, ou seja, o tipo de racismo existente no Brasil. É na diretriz desta percepção que se põe em favor a doutora em Antropologia Social e professora do departamento de antropologia da USP, Lilia Moritz Schwarcz¹. Para ela:

[...] todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”. [...] As coisas mudaram, mas nem tanto. As pessoas reagem mais às frases preconceituosas, como se já estivessem vacinadas. É positivo ver que há maior consciência, mas é preocupante constatar que a ambivalência se mantém. Parece que os brasileiros jogam cada vez mais o preconceito para o outro. ‘Eles são, mas eu não’. (GÓIS, 2008)

Tal posicionamento histórico é resquício da influência do pensamento de Gilberto Freyre, a partir dos anos 30, de sua visão positiva quanto à mestiçagem. A antropóloga Yvonne Maggie (apud KAMEL, 2006) observa que “a visão de Freyre coincidiu com o ideal de nação expresso pelo movimento modernista que via na nossa mestiçagem a nossa virtude”, ou seja, uma nação que é em si uma mistura de gentes diversas. Fundamentou-se aí o ideal de democracia racial, do gosto brasileiro de se reconhecer miscigenado, do certo pudor e vergonha em ser considerado racista. Em suma:

[...] a afirmação de que somos uma democracia racial que foi historicamente capaz de acomodar problemas no convívio entre brancos e negros. [...] Nas ciências sociais, um dos principais marcos para a fixação do [...] argumento, o da existência de uma democracia racial no Brasil, é a obra “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, publicada pela primeira vez em 1933. Nela, Freyre entende que a convivência entre brancos e negros constitui um “equilíbrio de antagonismos” peculiar, que, observado a partir do ambiente social existente nas fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, forneceria o paradigma adequado para com-

preender uma sociedade miscigenada como a brasileira. (BIROLI, 2008)

Ou seja, conforme conclui Raul Juste Lores (2008), do *Jornal El País*:

Durante décadas, o Brasil acreditou nas teorias desenvolvidas pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), de que o país era uma democracia racial. 'Todo brasileiro traz na alma e no corpo a sombra do indígena ou do negro', dizia o autor. Acreditava-se que o racismo não existisse, devido à profunda mestiçagem e à inexistência de qualquer movimento de segregação, ao contrário dos Estados Unidos.

O racismo, entretanto, promovido pelas diretrizes econômicas, justificado por ideologia político-cultural, foi implantado pelo colonizador europeu na sociedade brasileira, e o vivenciou abertamente nos séculos de escravidão, somente será repaginado a partir das concepções de Gilberto Freyre, quando se instaura uma espécie de pudor cívico contrário à sua prática, que o faz ressurgir de modo contido ou dissimulado. Porém, nos primórdios da formação da sociedade brasileira tal prática fazia parte do cotidiano, conforme se pode constatar em narrativa de José Murilo de Carvalho (2004), em sua obra "Os Bestializados":

Era uma sociedade em que a escravidão como prática, senão como valor, era amplamente aceita. Possuíam escravos não só os barões do açúcar e do café. Possuíam-nos também os pequenos fazendeiros de Minas Gerais, os pequenos comerciantes e burocratas das cidades, os padres seculares e as ordens religiosas. Mais ainda: possuíam-nos os libertos. Negros e mulatos que escapavam da escravidão compravam seu próprio escravo se para tal dispusessem de recursos. A penetração do escravismo ia ainda mais fundo: há casos registrados de escravos que possuíam escravos. O escravismo penetrava na própria cabeça escrava. Se é certo que ninguém no Brasil queria ser escravo, é também certo que muitos aceitavam a ideia de possuir escravo.

Passo a frente da democracia racial proposta por Gilberto Freyre terá o debate da questão evoluirá tendo como principal artífice o sociólogo Florestan Fernandes conforme esclarece Flávia Biroli (2008) em crítica literária à obra do citado autor "O negro no mundo dos brancos":

A posição de Florestan é clara: o racismo mascarado desempenhava – e desempenha ainda, acredito – papel importante na manutenção das desigualdades na sociedade brasileira. O problema, nesse sentido, é de toda a sociedade. Mas negros e mulatos – vistos por ele como vítimas da persistência dos padrões de organização social do passado escravista – deveriam ser protagonistas de uma transformação que contestasse os obstáculos à sua integração social e os valores impostos pela dominação branca.

De modo geral se poderia dizer que o debate atual

da questão racial brasileira, tem com fontes de fundamentação a contraposição das abordagens em torno da contraposição existente entre as obras de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes. Abordagens racistas antecedem a estes dois autores, e hoje o seu conteúdo merece o registro histórico, mas o seu significado, quer se crer, foi vencido pelo esclarecimento, tornando inconcebível o que era no passado tido por verdade científica.

O momento presente tem mostrado fatos que ainda que pontuais são profundamente significativos, seja no plano internacional, seja no Brasil, foco aqui objetivado. O ano de 2008 trouxe dois interessantes eventos que mostram a evolução da integração dos descendentes de africanos, como a eleição do novo presidente norte-americano, Barak Obama, que governa o principal estado do mundo contemporâneo. Também é bom lembrar o campeonato de Lewis Hamilton na Fórmula 1, esporte financiado pela elite do capitalismo. Ou seja, num caso, integração política e noutro, integração de mercado, o que só pode surgir de integração social. E se num primeiro momento for alimentado o racismo por conta da concorrência, por outro lado, isso, se bem conduzido, tenderá a realimentar a integração dos níveis sócio-político e econômico, tornando a questão racial secundária, desconstruída a partir de uma crescente visão de homem universalizado.

No Brasil, ao longo das últimas décadas alguns fatos também merecem destaque, em especial no campo das artes e da mídia em geral, segundo o analista Raul Juste Lores (2005) do *EL PAIS*, "Nas populares telenovelas, de um total de 40 personagens há em média três ou quatro para atores negros, e sempre em papéis secundários". Em torno do que conclui Fernando Meirelles (LORES, 2005): "Havia uma verdade quase inquestionável: que os negros não davam audiência, não funcionavam na publicidade e não levavam o público ao cinema", diretor de cinema que produziu *Cidade de Deus*, que teve quatro indicações para o Oscar em 2004, e de onde se originou uma série televisiva.

Na mesma linha de Meirelles cabe citar o também diretor Hector Babenco que produziu *Carandiru*, outro filme que traz atores negros como protagonistas, ambos foram os dois principais sucessos da produção cinematográfica brasileira. Seguindo esta linha onde o negro passa a atuar como protagonista, o fenômeno foi absorvido pela grande mídia de massa: a televisão, como é o caso da atriz Tais Araújo que:

Ao liderar o elenco da bem sucedida novela "Da Cor do Pecado", conseguiu ser a primeira estrela negra em quase 40 anos de telenovelas da Globo, o principal canal de televisão do Brasil. [...] A novela em que Thaís atuou obteve recorde de audiência. A produção que a sucedeu no mesmo horário tem agora nove atores negros, outro número inédito. A jovem atriz esteve nas capas de revistas de moda em um país onde as passarelas são dominadas por modelos louras. (LORES, 2005)

Quanto a este aspecto reafirma Mauro Alencar, doutor em teledramaturgia pela Universidade de São Paulo: "Até pouco tempo atrás os papéis para negros se resumiam a escravos em produções de época ou empregadas domésticas. [...] Agora os personagens negros são atuais e urbanos e falam do surgimento de uma numerosa classe média negra" (LORES, 2005).

Como se observa nesta síntese introdutória existe um

claro processo de evolução da questão racial no Brasil e, reafirmando, o propósito deste trabalho é identificar este processo a partir das teorias existentes a respeito e sua associação ao substrato histórico, visando a contribuir de modo informativo ao debate da questão.

Ou seja, ao se tratar da questão racial, é preciso perceber a amplitude da questão, que está associada ao fato de que o racismo “não é só uma atitude, [...] é também, uma teoria, defendida em livros e salas de aulas com argumentos e teses científicas. Para brigar contra ele será preciso, antes, desmontar esses argumentos de teses” (SANTOS, 1981); em suma, é preciso ir a fundo em critérios como a imparcialidade e a ética da produção de conhecimento para efetivamente contribuir para que o objetivo de democracia racial se transponha do plano ideal para a vivência cotidiana.

2. A Evolução Histórica da Questão Racial

A questão racial é algo que acompanhou o desenvolvimento da história humana. Ainda na Antiguidade greco-romana, tida como foco difusor da civilização ocidental, observaremos os gregos dominados pelos romanos. O preconceito está atrelado ao termo: bárbaros. Assim os gregos consideravam todos os que não tinham a sua expressão de linguagem e reflexões mais profundas capazes de produzir a Filosofia. Por seu lado, para os romanos, os bárbaros eram todos aqueles povos que não possuíam o Direito como elemento regulador da sua coletividade. Por detrás do adjetivo bárbaro estava a questão racial, de conotação de superioridade de um povo sobre o outro, em que prevalecia o aspecto cultural.

Já no período medieval a questão que determinou a classificação, o elemento diferenciador entre ser civilizado ou bárbaro foi a religião. Assim, os cristãos para os europeus ocidentais se transformaram em civilizados. Desta forma vieram a integrar tardiamente a civilização grupos antes considerados bárbaros pelos romanos, tais como os germanos, os francos e os eslavos, à medida que passaram a compartilhar a fé cristã. Agora eram tidos como inferiores os seguidores de outras religiões, tais como muçulmanos, taoístas, indus, budistas e africanos, ou seja, o preconceito uniu o aspecto racial ao religioso.

O racismo associado à cor da pele se ajustou à expansão geográfica e econômica que caracterizou o interstício do período renascentista, e seu capitalismo mercantilista, primeiramente mediterrânico, e posteriormente em direção das Índias Ocidentais (América) e Índias Orientais (Ásia), primeiramente numa contínua expansão comercial de mercado (mercantilismo) que posteriormente levou à consolidação do capitalismo na sua forma industrial, gerando o aprofundamento das relações de exploração preexistentes com o continente africano, em especial o tráfico de escravos.

Nesta altura, os quatro continentes que constituíam o planeta que sofria uma espécie de globalização na sua forma mais primitiva, a geográfica, passaram a ter funções específicas: a Europa era o centro gestor do sistema e direcionando-se continuamente à atividade industrial; a Ásia, fornecedora das especiarias; a América, produtos do extrativismo vegetal e mineral, assim como matérias-primas e alimentos e a África, a mão-de-obra, obtida primeiramente aproveitando seus confrontos internos, sendo vendidos os prisioneiros de guerra, para depois evoluir num sistema de efetiva captura, mais ajustado a procura pela mercadoria humana.

Ou conforme propõe o historiador Voltaire Schilling (www.educatererra.terra.com.br) um comércio internacional triangular, onde a Europa importava produtos coloniais,

que eram trocados por suas manufaturas (armas, pólvora, tecidos, ferros e rum) e por mão-de-obra vinda da África. Os escravos atuavam como moeda, ou seja, como intermediário de troca, com que os europeus pagavam os produtos vindos da América e das Antilhas para não precisar despender os metais preciosos, fundamento de toda a política mercantilista (cujo objetivo era acumular estoques de metal precioso, sinônimo de riqueza). Assim os escravos tinham sob ponto de vista econômico uma dupla função: eram valor de troca (dinheiro) e valor de uso (força de trabalho).

A Europa branca e cristã com capacidade bélica superior a América vermelha, a Ásia amarela e a África preta, criou as condições propícias para o racismo associado à cor da pele, no sentido da superioridade branca sobre os demais tipos, mais do que isto, o imperialismo da metrópole europeia recebe a maquiagem ideológica da missão civilizadora ante aos bárbaros de epidermes de cores diferentes.

O sistema escravocrata não era novo, ocorrera na antiguidade, mas parecia extinto no século V, o que pode se dizer, esteve associado a retração comercial da Europa feudal para ser restaurado nos últimos séculos do período medieval, primeiramente dentro dos parâmetros da economia mediterrânea liderada pelas renascidas cidades italianas, para em sequência surgir em algumas ilhas já no Atlântico, onde se caracterizaram por técnicas de colonização similares as que depois foram utilizadas nas Américas, tratavam-se: das plantations.

Os venezianos criaram na Palestina, desde o século XII, verdadeiras plantations açucareiras, aprendendo as técnicas do açúcar com os muçulmanos. Dali a atividade colonial foi estendida por franceses e italianos a Chipre, [...] pelos venezianos a Creta, a várias ilhas menores dos mares Egeu e Jônio, às costas balcânicas, [...] os genoveses [...] penetraram no Mar Negro, [...] Nestas diferentes colônias [...] eram empregados escravos, raptados na Grécia continental, nas ilhas do Egeu, nos Balcãs. [...] Nelas se geraram diferentes aspectos do que futuramente seria a colonização das Américas: formas de concessões de terras, companhias por ações, instituições administrativas coloniais, técnicas de produção. (FLAMARION, 1982, p.11)

Com a descoberta da nova rota atlântica por parte dos ibéricos, que assim burlavam o monopólio italiano sobre o Mar Mediterrâneo, o sistema de colonização itálica que atingiu seu ápice na ocupação da Sicília, seria imitado pelas nações da península ibérica:

Para as ilhas africanas do Atlântico: Canárias, Açores, Madeira, Cabo Verde. Nestas ilhas, uma economia de plantation baseada em técnicas de produção sicilianas, em modos de distribuição de terra semelhantes aos das colônias italianas do Levante e finalmente na escravidão, desenvolveu-se [...] Por outro lado, a própria Península Ibérica conheceu, em tempos medievais, a escravidão de eslavos, mais tarde de mouros capturados durante as guerras de Reconquista, e por fim de negros africanos fornecidos pelo tráfico transaariano controlado por muçulmanos. (FLAMARION, 1982, p.12)

Como se vê o trabalho escravo foi sendo expandido e introduzido nos novos territórios como solução para a demanda de mão-de-obra gerada pela expansão do sistema plantation adotado pelos colonizadores. Em momento anterior da história, se utilizou de mão-de-obra não negra, caso dos escravos e mouros, entretanto, conforme foi se consolidando a expansão da produção pelo novo mundo, o direcionamento do fornecimento de mão-de-obra escrava será cada vez mais uma exclusividade do continente africano, assim integrando o sistema internacional de produção.

O professor Voltaire Schilling informa que mesmo antes da chegada dos traficantes de escravos europeus, os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo oriental, para satisfazer as exigências dos sultões e dos xeques. Esclarece ainda que os contingentes escravizados provinham das guerras tribais africanas, onde os elementos das tribos derrotada eram vendidos aos mercadores.

O mesmo autor (www.educaterterra.com.br) ainda deixa claro que historicamente houve uma intensificação do comércio internacional e da procura por mão-de-obra escrava, de modo que entre o século XV a meados do XIX, a África foi vista apenas como uma grande reserva de mão-de-obra escrava, a mercadoria madeira de ébano a ser extraída e exportada, em tal intensidade que se é que se pode assim dizer o tráfico abandona seu aspecto extrativo, para ganhar maior elaboração e eficiência na captura e fornecimento de mão-de-obra escrava para as colônias americanas e antilhanas.

Eis o quadro econômico histórico que gerará os fluxos migratórios de grandes contingentes de africanos para o novo mundo. Complementa este contexto a visão que o europeus tinham em relação aos índios ocupantes das novas regiões descobertas, assim como da mão de obra africana. Joel Rufino dos Santos cita Ginés de Sepúlveda, intelectual espanhol, do século XVI, que comparou índios a macacos e porcos:

Os espanhóis têm todo o direito de exercer seu domínio sobre estes bárbaros do Novo Mundo e ilhas adjacentes, os quais em prudência, inteligência e toda espécie de virtudes e sentimentos humanos são tão inferiores aos espanhóis quanto as crianças com relação aos adultos, as mulheres em relação aos homens, pessoas cruéis e desumanas com relação a pessoas mansas, pessoas desequilibradas com relação a pessoas equilibradas; e enfim, estou prestes a admitir que com relação aos espanhóis estão na posição de macacos em relação a homens, [...]. São como porcos: estão olhando para o chão como se nunca tivessem visto o céu. [...] Tudo isto não prova que eles são escravos de natureza? [...]. Esses homenzinhos tão bárbaros, tão incultos, tão desumanos [...] (SANTOS, 1981, p.25)

É importante ficar claro que se no presente o racismo, assim como os preconceitos, são atitudes deploráveis, a frase acima se mostra claramente carregada de preconceitos, que por maior que seja o nosso contragosto nos dias atuais, eram tidos como normais para época, um racismo articulado e justificado pela reflexão intelectual. Eis o clima psicológico existente durante o período dos séculos de ocupação do novo mundo, e inserção de mão de obra escrava para poder explorá-la economicamente, tudo dentro

de uma aceitação, onde a intelectualidade europeia tinha por opinião preponderante o acima descrito como visão de Ginés Sepúlveda:

Os intelectuais europeus [...] começaram a ensinar que “nos trópicos a pobreza é inevitável: aqui o homem só tem energia para pensar em sexo e baixezas. Sendo, além disso, habitados por gente de cor, seu futuro é triste.” Não admira que os europeus acreditassem em tanta baboseira, [...], [que] vinha embrulhada em colorido papel científico - cada época, cada classe social, cada grande potência faz a ciência que lhe interessa fazer.(SANTOS, 1981, p.26)

Esta abordagem é o que se poderia denominar ciência colonialista, que mais do que impregnada pela busca epistemológica, estava, sabe-se lá em qual intensidade de intenção, assentada sobre uma construção ideológica de dominação, dentro do que poderia se considerar o mais conservador, neste sentido “o contato sexual-afetivo entre esses povos era visto de forma degenerativa, um mal que deveria ser curado, a mestiçagem representaria um perigo para qualquer Nação que pretendia alcançar o mais alto grau de evolução racial e social.” (PACHECO, 2008, p.56)

A pesquisadora Ana Cláudia L. Pacheco citando a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993), em relação a sua obra, *O espetáculo das raças*, esclarece que segundo a autora, o século XIX foi marcado por algumas teorias, dentre estas “a tese da degenerescência racial baseava-se numa concepção de que existiam tipos ou raças puras”, ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como um erro” (SCHWARCZ, 1993, p.58). Dentro desta óptica se formariam dois tipos de opinião distintas, de um lado uma segregacionista, contrária a mestiçagem, pois neste caso, acreditava-se que a mistura de raças seria maléfica produzindo degenerescência mental e física nos descendentes, ou de forma geral aos antes, tipos puros.

Almejava, portanto, a manutenção da pureza racial, tratava-se da “eugenia, movimento científico e social, que proibia e controlava determinados tipos de uniões entre povos diferentes com a justificativa de considerá-los ameaças à civilização humana” (SCHWARCZ, 1993, p.58). Dentro de tal posicionamento destacou-se no Brasil, o médico Nina Rodrigues. Para ele, a miscigenação, o contato sexual e afetivo entre as raças jamais poderia ser uma saída para resolver os males da mestiçagem brasileira, esclarece Ana C.L.Pacheco (2008, p.57), para ainda acrescentar que:

A concepção de Rodrigues não deixa dúvidas é completamente racista, “em certa passagem de sua obra *Os Africanos no Brasil*, o autor afirma que, nos Estados Unidos, os casamentos interraciais e o contato sexual entre negros e brancos foram veementemente repelidos, enquanto que, no Brasil a imigração negra se integrou e se misturou com os brancos, o que explicaria o progresso da sociedade norte-americana devido a predominância da raça branca naquele país e o atraso social neste, devido à presença da massa negra e miscigenada”.

Como se vê, a postura de Nina Rodrigues e da integração racial degenerativa é em torno da mais ortodoxa das segregações Em contraposição a tal postura surgirá a lide-

rada no Brasil por Oliveira Vianna, a Teoria do Branqueamento, em comum, ambas importadas, com pretensões científicas e de clara conotação racial, a diferenciação se por pontos de vistas distintos frentes a mesma hipótese, ou seja, diante de um mesmo copo com água, se pode vê-lo como meio cheio, enquanto ou um outro como meio vazio, assim para o primeira linha de pensamento miscigenar era deteriorar, enquanto para segunda era purificar.

A purificação racial se daria via uma espécie de processo de embranquecimento, onde a interação racial faria com que a raça superior se sobrepusesse sobre a inferior, neste caso as mais escuras, era mais do que nunca uma abordagem literalmente racista. Neste caso, "tais teorias percebiam este contato (melting-pot) como um meio de embranquecer as populações não-brancas, como os africanos e seus descendentes, índios e mestiços que habitavam o Brasil." (PACHECO, 2008, p.56)

Citado por Ana C. L. Pacheco (2008) a tese do mulato Oliveira Vianna² que está dentre os pioneiros da sociologia brasileira, era de que a miscigenação, como resultado do contato íntimo entre brasileiros e imigrantes europeus, levaria o Brasil ao branqueamento populacional. Para ele, a etnia branca "refinaria a raça e importaria aos tipos mestiços os seus caracteres somáticos como psicológicos." (PACHECO, 2008, p.57). A hipótese de Oliveira consistia em que a população negra e indígena tendiam ao desaparecimento, pois no processo miscigenação permaneceria a etnia mais forte, a europeia.

Todas estas percepções eram tidas como teoria científica, embora acabassem por sugerir na prática um processo de efetiva purificação racial. Apenas para se ter ideia do pensamento do autor é interessante reproduzir passagem de seu livro "Raça e Assimilação" citada por Joel Rufino dos Santos:

O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que conhecemos, um criador de civilizações. Se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raças branca, com os quais entraram em contato: se, nos seus grupos mais evoluídos das regiões das grandes planícies nativas, são os elementos mestiços, são os indivíduos de tipo negróide, aqueles que trazem doses sensíveis de sangue semita, os que ascendem às classes superiores, formam a aristocracia e dirigem a massa de [...] (1981, p.8)

O estudo da questão racial brasileira tomará rumo diferenciado no transcorrer da década de trinta, o que estará relacionada ao surgimento da obra de Gilberto Freyre que essencialmente trará uma nova óptica para a questão mestiçagem, onde diminuía o ranço racista que envolvia o tema que nas teorias preexistentes implicavam, de um lado, na degeneração racial, ou de outro, na purificação via embranquecimento, tratando da questão em sua obra maior, "Casa Grande e Senzala" em favor da ideia de um novo povo mestiço.

Para MarcoAntonio Villa, em matéria especial desenvolvida para a Página 3 Pedagogia & Comunicação do Site UOL (educação.uol.com.br):

A publicação de "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre, em 1933, acabou se transformando em um marco da cultura brasileira. Para o antropólogo Darcy Ribeiro, trata-se do "mais brasileiro dos livros já escritos". No entanto, o

livro não foi bem aceito por intelectuais conservadores nem pela Igreja Católica, uns incomodados pela defesa da mestiçagem e da herança negra, outros pela descrição da vida sexual na colônia.

Na década de 1930 era predominante no pensamento brasileiro a defesa da eugenia e a ideologia do branqueamento da raça. No campo internacional, em alguns países, consolidava-se o racismo como política de Estado, como na Alemanha nazista.

Neste sentido, embora o autor desse uma visão realista da escravidão, relatando as atrocidades cometidas contra os cativos, ao mesmo tempo descrevia um "certo congraçamento entre o elemento branco e o negro." (KAMEL, 2006, p.18), se contrapôs aos defensores da antiga visão racista, passou a mostrar o valor da contribuição negra; "o que Freyre fez foi resgatar a importância do negro para a construção de nossa identidade nacional, para a construção de nossa cultura, do nosso jeito de pensar, de agir e de falar. Ele enalteceu a figura do negro dando a ela sua real dimensão, sua real importância." (KAMEL, 2006, p.19)

A crítica literária de João Gabriel de Lima (1999) entende que o livro "Casa-Grande & Senzala" está para a sociologia nacional assim como o "Gênesis" para a "Bíblia". Na obra, publicada em 1933, Freyre explica pela primeira vez como os índios, os portugueses e os escravos negros criaram uma nação miscigenada sem paralelo no mundo. A partir de uma análise minuciosa da formação do país, Freyre dissecava características da sociedade brasileira que perduram até hoje. [...] Gilberto Freyre não se limitou a ensinar como era o Brasil aos brasileiros. Com seu prestígio internacional e fluente em inglês, o sociólogo era frequentemente chamado para dar conferências no exterior e contribuiu para a formação da imagem que se tem hoje do Brasil lá fora.

Os acontecimentos aqui narrados não são isentos da influência da personalidade marcante de Gilberto Freyre, assim, que se caracterizado por uma expressão seria de conservador rebelde, utilizado na Revista Nova Escola:

Entre os autores de obras clássicas sobre a realidade brasileira, nenhum continua a despertar tanta polêmica quanto Gilberto Freyre [...] suas posturas políticas conservadoras, entre outros aspectos, até hoje produzem acaloradas discussões. Mas são seus livros e objetos de estudo que continuam a gerar as maiores controvérsias. E isso ocorre porque sua obra [...] destila certos mitos e preconceitos de sua época e formação, porém traz basicamente formas renovadas e imaginativas de ver e compreender o país. [...] Hoje, pode parecer comum os historiadores e sociólogos falarem do cotidiano. Porém, nos anos 30, isso significava seguir na contramão das Ciências Humanas, fortemente marcadas pelas análises estruturais. (revistaescola.uol.abril.com.br)

O escritor João Gabriel de Lima, em crítica literária a livro de conteúdo biográfico escrito por Edson Nery da Fonseca sobre Freyre, é esclarecedor sobre as polêmicas posições políticas que caracterizaram o citado:

Freyre consegue ser polêmico à esquerda e à direita, no passado e no presente, por causa

de uma característica positiva de sua obra: a complexidade. Seus livros não cabem em resumos ideológicos. O intelectual pernambucano costumava dizer que os radicalismos faziam sucesso porque as pessoas têm preguiça de refletir e porque adotar um slogan é mais fácil do que pensar. “Freyre sempre cultivou a dúvida. Ele repudiava os clichês e as conclusões forçadas”, observa o professor Nery da Fonseca. Lendo a obra do sociólogo pernambucano com cuidado, nota-se que, em suas obras de maior fôlego, ele foge do tom panfletário, sempre acompanhando as ideias que defende de várias e apropriadas ressalvas. Seu elogio da escravidão à moda portuguesa é feito em oposição à maneira, muito mais violenta, com que os ingleses tratavam seus cativos. Ele nunca escreveu, porém, que o sistema escravista era superior a uma sociedade de homens livres. Embora defendesse a colonização ibérica, sempre condenou a violência dos colonizadores contra as civilizações maia e inca. (LIMA, 1999)

A partir da década de 1950, em sentido inverso da abordagem de Freyre, integração racial, onde a miscigenação atuaria como reflexo de situação de harmonização racial, nesta nova concepção se defende aquilo que Flávia Biroli, professora adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília desde 2005, mestre e doutora em História pela Unicamp (1999 e 2003), denominou de racismo dissimulado, usando o termo como título de artigo de sua autoria para o *Correio Braziliense*, em 09/02/2008, onde destaca a obra de dois autores em específico, Abdias do Nascimento e Florestan Fernandes. Assim esclarecendo esta nova postura:

Nega essa ideia de convivência harmônica e a compreensão de que no Brasil a discriminação racial não tem papel importante na organização das relações sociais, remete, por sua vez, a autores como Abdias do Nascimento e Florestan Fernandes (1920-1995). Ambos confrontam a ideia de “democracia racial”, em obras marcadas por trajetórias diferentes (Abdias, que foi deputado federal e senador, esteve, desde o início, vinculado aos movimentos negros no Brasil e foi um dos principais expoentes do Teatro Experimental do Negro, na década de 1950; Florestan, que foi também deputado federal, desenvolveu sua carreira de sociólogo ligado à Universidade de São Paulo e é considerado um dos principais responsáveis pela consolidação dessa área de estudos e pesquisas no país). De Abdias do Nascimento, destaca-se o livro “O genocídio do negro brasileiro”, [...]. De Florestan Fernandes, “O negro no mundo dos brancos”. (BIROLI, 2008)

Entretanto, Flávia Biroli, acaba por destacar o papel de Florestan Fernandes a partir das suas pesquisas, então pioneiras, que serviriam inclusive de base para a construção de conhecimento posterior em torno da questão racial:

Nas décadas de 1940 e 1950, quando Florestan Fernandes fez parte de uma pesquisa abrangente, financiada pela Unesco, sobre a realidade racial brasileira, vista como um caso

de sucesso na construção de relações raciais democráticas. Os resultados de algumas dessas investigações indicaram, no entanto, que os obstáculos existentes para a integração do negro à sociedade de classes revelavam mecanismos peculiares de discriminação e separação entre negros, mulatos e brancos. Nesse sentido, foi também um marco o estudo publicado por Florestan Fernandes em co-autoria com Roger Bastide, “Brancos e negros em São Paulo”. (BIROLI, 2008)

Em síntese as conclusões a que chegou Florestan Fernandes permeiam sua obra, e podem ser assim identificadas:

A “flexibilidade” e a “maleabilidade” vistas por Gilberto Freyre como herança do colonizador português e solo para o sucesso do empreendimento colonizador e da construção de uma democracia racial não foram, no Brasil, capazes de promover a integração do negro. A abolição, da maneira como se deu (impondo a concorrência com os imigrantes europeus), não permitiu que negros e mulatos tivessem as mesmas chances dos brancos em uma sociedade em transformação, cada vez mais estabelecida como uma sociedade competitiva. Para o autor, “não se processou uma democratização real da renda, do poder e do prestígio social em termos raciais”. A ideia de democracia racial serviu de base para que fosse justificada “a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição” [...] Para Florestan, a existência de mobilidade social e de “abertura racial” não significa ausência de preconceitos e de discriminação. Já no primeiro ensaio que compõe a obra, o sociólogo questiona: “A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de ‘boa’ organização das relações raciais?”. Para o autor, a resposta é não.

Neste contexto a ideia de democracia racial atuaria como meio de alienação de uma relação que de fato deveria ser de efetivo confronto, e problema racial passou ser analisado sob a óptica do método marxista, para tanto se promoveu a submissão de dados estatísticos à análise sob égide da citada teoria. A lógica da construção teórica do pensador alemão tem por princípio que a evolução da história se dá pelo determinismo do mecanismo dialético, que atua entre as classes formadoras de um modo de produção, que por seu lado definia a relação entre as classes sociais divididas entre exploradores e explorados, em contraposição de interesses. Tal método ficou conhecido como materialismo histórico.

No caso do modo de produção capitalista, a tensão se dá entre a exploradora burguesia e o explorado proletariado, respectivamente caracterizados como proprietários do capital e do trabalho. Segundo Karl Marx, a resultante a se produzir naturalmente por conta de tal interação de forças sociais, seria a revolução dos explorados contra os exploradores, o que levaria a classe dominada ao poder.

O autor pretendia ter conseguido identificar o funcio-

namento das leis sócio-econômicas em afinidade com leis naturais, ou seja, a evolução histórica seria conduzida das leis determinísticas tais como os fenômenos da natureza. O resultado de tal hipótese é que a ocorrência histórica da revolução seria apenas uma questão de tempo. É neste sentido que Marx vai além da especulação teórica, e propõe a ação política através da construção ideológica e a formação do braço ativo do partido político do proletariado, ator da organização revolucionária, elemento catalisador em favor de acelerar o evento histórico.

São estes os preceitos da teoria marxista em torno dos quais se passou a fazer a leitura da questão racial brasileira. Assim, ao invés de duas classes sociais, duas raças na constituição da sociedade, onde os conceitos de raças branca e negra passam a ocupar respectivamente a posição das concepções de burguesia e de proletariado e, conseqüentemente, ligados por uma relação de exploração. Se antes o explorador retinha a mais valia, agora o objeto de exploração é a cor da pele, portanto, teríamos aí uma sociedade racista.

Novamente seguindo este roteiro, que nasce no plano teórico para se tornar ativo no mundo concreto, a solução congruente é o engajamento e o confronto. É notável o paralelo, e repete o fluxo entre o social e o econômico da teoria original. Entretanto, aqui, ao menos até o presente momento, e pelo menos proposta objetivamente, não é uma sociedade com a raça negra dominando, mas a ação indenizatória contra o crime da exploração.

É justamente sobre esta última concepção de análise que se estrutura o engajamento dos defensores das cotas raciais, harmonizando a tradição da teoria e das práticas marxistas. Talvez por conta disto repitam um comportamento antigo e comum aos seus adeptos que transformavam em reacionários todos aqueles que abordavam o mundo de modo diferenciado; agora em lugar do citado adjetivo surge um associado à nova temática: racistas.

A estratégia do engajamento almeja um racismo explícito em lugar do pudor do racismo; envergonhado com origem na construção de Freyre, o confronto passa a ser via mais adequada para conquistar o aspecto indenizatório. A harmonização racial é guindada a juízo de posição política alienante.

A discussão nos meios acadêmicos já mostra esta tendência, assim os contrários às cotas raciais são acusados de: “defender os privilégios de uma elite branca que se beneficiou e se beneficia com o racismo, o que na nossa sociedade é crime que envergonha. Os críticos da política de cotas raciais ficam acusados” (MAGGIE, 2006, p.10). O fato é que a discussão que opõe uma miscigenação que teve por única função alienar, o que lhe retira os aspectos positivos que possa ter contribuído, contra uma miscigenação que parece por si só ter sido a solução natural para o problema, um lei social que imitando as leis econômicas da proposta liberal se encarrega de levar num paralelo ao equilíbrio social, assim como produzia o equilíbrio econômico.

No fundo, dois velhos adversários se encontram, o liberalismo e o marxismo. Nascidos sob a égide de teorias científicas acabaram por perder sua efetiva pureza da análise para fornecer fundamentos para edifícios ideológicos, eis o que parece ainda mais dissimulado. Todo não cotista será um liberal? Toda cotista será um marxista? A questão racial deveria estar a mercê destes enfoques? Algo é certo, são enfoques onde o econômico prevalece sobre as demais relações, de modo positivo, ou negativo, ou seja, neste contexto não é difícil transformar o que se supõe cultural em econômico, é claro que são possíveis pontos co-

muns, afinidades, mas Economia e Antropologia são áreas distintas, embora estudem característica específica de um objeto comum.

3. Considerações Finais

Ao observar a evolução da questão racial, a percepção é de que, de modo geral, sempre esteve associada à tentativa de análises e soluções produzidas que pleiteavam de modo geral a filiação acadêmica, ou mais do que isto, a essência científica das hipóteses propostas. Ao trilhar a evolução histórica, o que se percebe é o que ocorreu foi a acolhida de concepções ideológicas ajustadas a evolução dos grupos políticos, ou seja, a almejada imparcialidade e racionalidade não foram atingidas. Assim a questão acaba por chegar ao questionamento do porquê desta sobreposição da ideologia sobre a ciência. Entendo que respostas como as que criam autores do bem ou do mal, somente contribuem para um estado de raciocínio pendular entre facções políticas.

A reflexão do historiador Ciro Flamaron S. Cardoso parece contribuir para elucidação da questão, primeiramente quando propõe que a história que fica não é a do dominado ou derrotada, mas do dominador ou vitorioso, usa o significativo termo: Uma história do silêncio, subtítulo escolhido por Hubert Gerbau, cujo tema é a escravidão. Neste caso temos a seguinte tese:

Edouard Glissant, citado por Gerbeau: “não há História sem testemunhos, e os colonos deixaram os vestígios que quiseram”. Os escravos permaneceram mudos, exceto raríssimas exceções; fato que se explica pela própria lógica do sistema escravista: a maioria absoluta dos escravos, e muitos dos libertos, não sabiam ler e escrever. Nestas condições, a massa de documentos disponíveis para a história da escravidão provém da administração metropolitana ou local, dos missionários, dos colonos e administradores; ou de viajantes e outros observadores ocasionais, estranhos à sociedade escravista. [...] Com muita frequência, por outro lado, e isto até há poucas décadas, os historiadores da escravidão, consciente ou inconscientemente, assumiam o ponto de vista dos administradores e dos senhores de escravos. (FLAMARION, 1982, p. 7)

É claro que sob este aspecto há que se lembrar o racismo explícito da época, ou seja, pensamentos que hoje causam até pudor mental, naquela época eram explicitados, convertidos em ações, e a narrativa por conta de tal inconsciência acaba por ter uma franqueza que seu autor não premeditou. Entretanto, perante o exposto há que se buscar um novo olhar para os mesmos eventos históricos. O mais natural, é se encaminhar para o pólo oposto, ou seja, escrever a história do ponto de vista do dominado, dentro do objeto aqui em estudo do ponto de vista do então escravizado, o fato, porém, é que neste caso teremos uma visão tão parcial quanto no caso anterior, ou seja, o que se questiona é se a história deve ser escrita pela óptica do algoz ou da vítima, ou se nestes casos deveríamos ter apenas relatos, como se fossem versões. Produzir história é ir além, é buscar sim ambas abordagens, e produzir constatações imparciais, e somente neste caso teremos ciência, em especial, na sua imparcialidade.

O professor Ciro Flamarion S. Cardoso, antes de também concluir para os excessos produzidos pela produção com óptica parcial do dominante ou do dominado, reconhece que houve período em que se visou a versão do explorado:

Nestes últimos anos, porém, muitos historiadores têm ouvido o apelo que R. Hofstadter fazia já em 1944: toda história da escravidão deve ser escrita, em grande parte, do ponto de vista do escravo. Já temos suficientes ou mesmos demasiados livros em que fugas e quilombos aparecem como casos de polícia, uma irregularidade na vida social; em que os autores assumem em relação aos escravos uma simpatia paternalista altamente irritante; ou em que os cativos são tratados como meros instrumentos de produção, ao lado de enxadas e dos bois, exatamente como o faria qualquer dos empedernidos defensores da escravidão quando esta existia. (1982, p.8)

O citado autor por fim reflete em favor de uma visão mais isenta, menos impregnada pelo aspecto da versão, mas produzida em favor da imparcialidade, embora reconheça que ao trazer a abordagem do escravizado se “permitiu uma visão mais rica”, acaba por reconhecer que também nesta orientação se “corre o risco de distorção e exagero”, e assim cita que:

L.Manigat (pp.420-438) mostrou, por exemplo, que quase todas as análises disponíveis sobre a revolução do Haiti estão excessivamente marcadas por ideologias conflitantes: “etno-nacionalismo”, marxismos de diversa coloração, negritude, black power. No Brasil, não estarão certos autores incorrendo em alguns excessos interpretativos ufanistas [...]? (FLAMARION, 1982, p. 9)

Esta, por fim, é a questão com a qual se encerra este trabalho dado que a percepção que aqui se chegou encontra eco na questão identificada pelo autor acima citado.

Se a questão do racismo foi tratada de modo indevido, naquilo que se refere falta de profundidade, abrindo espaço para conclusões que construíram um quadro com tons mais amenos do que a intensidade que o problema exigia, existe um momento em que intenções e fatos se confrontam, de modo a expelir o germe do racismo que impregna as relações sociais. Neste sentido, fatos reais pontilharam a crônica dos Estados Unidos na década de 1960, parecendo confirmar o vício do racismo, o fato é que:

Nenhum país do mundo, entretanto, desconhece ou desconheceu, uma forma qualquer de racismo. Até mesmo o Brasil, cujos governantes sempre orgulharam de sermos uma democracia racial, tem dado provas de que o fenômeno é universal. (SANTOS, 1981, p.8)

É importante perceber a questão sob a ótica humana, antes de lhe atribuir uma série de valores morais e de confronto de poderes. Sem dúvida, tais aspectos têm que ser observados, porém libertos de um maniqueísmo preventivo, que geram os eventuais benditos e malditos. Não se trata de não ter olhos, não se trata de não ser realista, mas sim de focar as efetivas soluções, ao invés de transformar

tudo a uma relação de inocência e culpa, certamente a alienação não contribua para evolução humana, mas talvez encontra-se um saber superior do que a vingança e a retaliação.

Faz-se necessário entender a forma como o racismo se expressa no Brasil, compará-lo como fenômeno com o que ocorre em outras partes do mundo, mas efetivamente concluir por sua existência, e pela necessidade de soluções compatíveis com processos onde a diversidade consiga conviver de modo adequado com a inclusão, ou seja, nem sendo assim solução, mas ponto de partida.

No caso brasileiro, observamos a seguinte evolução, após uma visão racista da questão ao longo do período da escravidão e mesmo nas primeiras décadas posteriores à abolição subsidiada pelo conhecimento científico que assim mostrava-se influenciado pela concepção política dominante, é importante observar que abolicionismo atual antes pela liberdade do que contra o preconceito, que são estágios evolutivos diferentes, ou seja, Joel Rufino dos Santos (1981, p.52) observa que:

Nem mesmo a Campanha Abolicionista (1879-1888) encarou o negro como gente. Ela se baseou em dois argumentos principais: 1º.) Era preciso acabar com a escravidão para modernizar o Brasil. [...] 2º.) Era preciso acabar com a escravidão para aliviar o sofrimento dos pobres pretos. Ora, compaixão pelos pretos é o mesmo que, por exemplo, compaixão pelos pobres macacos, que estejam sofrendo de alguma forma. [...] Ao começar [o século XX], a cabeça dos brasileiros, em geral, estava cheia de idéias desfavoráveis com relação aos não brancos. Nada mais natural: há 300 anos víamos o negro como escravo, o índio como servo, o mestiço como vagabundo.

A questão de libertação não resolvia o problema do preconceito alimentado por séculos de escravidão, assim novamente recorrendo ao autor acima citado:

Tanto é verdade que, na hora de extinguir a escravidão, ninguém pensou em usar os não brancos como trabalhadores livres, [...] Formulou-se uma regra muito clara: quanto mais branco o trabalhador melhor. Nossos fazendeiros só apreciavam colonos alemães, suíços, eslavos e, na pior das hipóteses, italianos. [...] Por que os de cor não serviam? Na concepção racista dos nossos latifundiários, não eram capazes de acompanhar o novo trabalho, inteligente e responsável. (SANTOS, 1981, p.53)

O ponto efetivamente positivo da nova visão de sociedade mística construída por Gilberto Freyre nos anos trinta vem atuar sob o aspecto do preconceito, não no sentido de resolvê-lo, mas criar-lhe um em torno dele a aura de rejeição, de incorreção, de modo a se desenvolver uma espécie de pudor, que implica não se querer parecer racista, ou seja, o racismo, antes aceito plenamente, passava a ser tido como algo negativo, se isto não foi o suficiente para extirpar a fundo o racismo da consciência dos indivíduos, entretanto, teve força suficiente para criar um perfil de racistas envergonhados, que não se sentiam cômodos em se declarem como tal.

O ponto negativo é que embora a mestiçagem criasse a possibilidade de uma visão de integração racial e favo-

rável à harmonização, não trazia mais do que isto, ou seja, atuava contra o preconceito, mas não trazia medidas concretas em favor da integração do contingente de negros do país. A razão disto? Aqui neste texto, a frase chave é o perfil que se destinou a Freyre, conservador rebelde. Ora o posicionamento político deste autor é de um liberal, no sentido mais efetivo, foi alfabetizado pelo reverendo Williams na língua inglesa, seguiu sua formação passando pelo Colégio Americano Gilreath de Recife, de orientação batista, para fazer o ciclo básico, e posteriormente graduou-se em humanidades numa faculdade, também batista dos Estados Unidos, a Baylor University, em Waco, no estado do Texas, concluiu mestrado na Universidade Colúmbia, em Nova York, e em seguida um curso de extensão em Oxford, na Inglaterra, retornando então ao Brasil.

Expressão desta sua formação está também no início de sua vida política, que o mostra ligado as oligarquias rurais da Velha República, despojados do poder pela Revolução de 1930, assim já no Brasil:

De volta ao Recife depois de estudar no exterior, arranhou um emprego de secretário particular de Estácio de Albuquerque Coimbra, então governador do Estado. Coimbra via aquele jovem de brilhante formação intelectual como seu provável sucessor. A Revolução de 30 e a posterior ditadura de Getúlio Vargas abortaram o projeto, já que ambos caíram em desgraça no período. Freyre só voltaria à política depois do Estado Novo, em 1946, como deputado constituinte. (LIMA, 1999)

Outras situações colocam Freyre como conservador como sua defesa do imperialismo português, e da ditadura de 1964, ao saber de sua formação tudo isto fica menos surpreendente, o fato é que o termo conservador rebelde também cabe para descrever o liberalismo que nasce como revolucionário justificando a nova classe em ascensão, a burguesia, mas que consolidada no poder torna-se conservadora do novo status. Freyre é um liberal, no seu modo globalizado de ser, sua formação se deu nas metrópoles do sistema e não nas cercanias das antigas colônias, é assim que a miscigenação segue um padrão de pensar liberal, a ideia que da lei natural que tudo ajusta em favor da harmonização, tão utilizado por Adam Smith na economia, e que consagrou a utilização das leis de mercado o status de leis naturais, a mestiçagem para ser o autoajuste levando ao equilíbrio entre raças.

Mais do que isto, em havendo autoajuste não se faz necessário a intervenção, e de fato a mestiçagem com advento natural sem intervenção do Estado, eis o enfoque liberal que tem dentre seus formuladores Malthus, que ao concluir pela discrepância entre o crescimento da população e do volume de alimentos sugeria a ação individual através de métodos contraceptivos ou ao celibato, justificando que quem não tinha como sustentar filhos deveria simplesmente não tê-los.

Não existe como não louvar o acréscimo contra o racismo produzido por Freyre, mas sua falta de proposta e ação acaba por receber como crítica justamente de pesquisadores de linha marxista, que impregnam a sua defesa não na harmonização, mas no confronto entre as classes, de modo que ao flexionar a análise deste instrumental teórico se chegou à ideia de confronto racial, daí então de propostas de alta intervenção em contraposição a não intervenção liberal. O conflito que guiou o mundo via Guerra Fria no pós- segunda guerra, entre capitalismo e socialismo, se deu também na questão racial.

O que então são dois pólos, de um lado a não intervenção do Estado, prevalecendo a iniciativa individual e do outro a completa intervenção do Estado coibindo a individualidade, deve ser engajada nos propósitos da coletividade. Seja um sistema, seja o outro, embora insistam na sua imparcialidade científica, não escapam da intencionalidade política, e estão antes fomentados pela ideologia do que por fatos de natureza científica, em que pesa a construção de hipóteses notavelmente elaboradas, entretanto são pensares que se antecipam ao objeto de estudo analisando no mundo particular estruturado em linhas teóricas que são antes políticas do que científicas.

Observando as hipóteses propostas em ambos. A hipótese liberal propõe a natural harmonização, mas sem propor intervenção a favor desta harmonização, deixando o impasse se resolver naturalmente pela cordialidade racial, espécie de *laisse faire* social, já na hipótese marxista já parte de que há confronto, desde cedo pleiteia a intervenção na questão, e transfere para a questão racial, o confronto de exploração econômica em torno do qual se sustenta esta linha teórica.

Como se sabe, o marxismo se desenvolve a partir do liberalismo, Karl Marx busca em Adam Smith a ideia do valor trabalho como dado de partida para sua estruturação teórica e depois promove a crítica dos principais pressupostos do liberalismo, inclusive cria e instrumenta uma ideologia proletária para se contrapor a burguesa. Enfim, temos que nos questionar se vale a pena uma harmonia dissimulada, ou se melhor seria alimentar o confronto exposto, dado status de lei evolutiva para a violência, e transformando o diálogo em algo reacionário, como mero desvio da predestinação do confronto.

Irmãs em nascimento, o primogênito liberalismo e seu fraternal adversário caçula, o marxismo, parecem antes soluções polares na avaliação dos problemas, há que ser um ou outro, o caminho do meio propõe inúmeras combinações de intervenção do Estado e garantia individual, possivelmente, muitas em que não se deixe ao acaso os ajustes necessários, assim como tantas outras em que ao invés da violência e a dissimulação enrustida se encontre caminho para o diálogo e efetiva ação construtiva.

Não se trata efetivamente de abolir uma ou outra teoria, afinal são bases primárias de análise, porém, talvez seja a hora de, a partir da crítica imparcial de ambas chegarem a um novo estágio, não se trata de supressão, mas de superação.

A questão racial brasileira antes de qualquer coisa necessita de uma campanha de valorização da raça negra, não pelo que eles não foram, mas por sua efetiva contribuição, mesmo que compulsória, no entanto, isto implica métodos que levem a parte branca da população a eliminar o seu ranço racista dissimulado, no que contribui o pudor instituído historicamente.

Para muitos a questão parece passar pela criação de um orgulho negro em contraposição a uma vergonha branca, no sentido de que o racismo do branco contra o negro não ser aceito, mas do negro contra o branco ser solução. É um método onde a vítima passada quer ser algoz, supre a vingança, e nada mais.

O processo de valorização de um grupo não implica achincalhamento do outro; isto efetivamente não construirá uma cidadania comum, mas apenas incentivará a dissimulação e da hipocrisia, criando um novo conflito bem mais sério, ficará acobertado, como que sujeira que foi ocultada debaixo do tapete, é preciso repensar em posições que fazem um racismo às avessas, vendo na segregação invertida um fato positivo, nem orgulho negro, nem orgulho branco, ambos são faces da mesma moeda, mas vergonha da sub-

missão à questão racial. Os negros precisam ser valorizados e não carregados. Ações de base demoram mais tempo para maturar, do que a pirotecnia das estatísticas que rapidamente são domadas.

Há um problema sócio-econômico e não racial. Em-

bora os aspectos inerentes à introdução dos africanos no país contribua para dificuldades na sua ascensão social, a solução é educação de base, fortalecer as estruturas, e não repintar as fachadas.

Notas

- 1 Dentre os livros da autora consta, Retrato em Branco e Negro, publicado pela Editora Cia das Letras, que trata-se de estudo de como o negro era visto pela elite branca da cidade de São Paulo entre 1870 e 1890.
- 2 As teses de Oliveira Vianna, proposta nos livros: "Raça e Assimilação", (Companhia Editora Nacional, S.Paulo, 1932) e "Evolução do Povo Brasileiro", (Companhia Editora Nacional, 2ª edição, S.Paulo, 1933).

Referências

- BIROLI, F. Racismo Dissimulado, Correio Brasilense, 09 de fevereiro de 2008. Disponível em www.direitos.org.br.
- CARVALHO, J.M. Os Bestializados, 3ª Edição, Companhia das Letras: São Paulo, 2004.
- DATAFOLHA - Opinião Pública - Racismo - Relatório completo – 26 de novembro de 2008. Disponível em datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=779.
- FLAMARION, C.S. A Afro-América: a escravidão no novo mundo, São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- GOIS, A. Diminuem Manifestações de Preconceito e Racismo "Assumido" entre Brasileiros, Folha de S. Paulo, 23 de novembro de 2008. Disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u470648.shtml.
- LORES R.J. Negros Começam a Ganhar Visibilidade no Brasil, Jornal EL PAIS, 14 de maio de 2005. Disponível em noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2005.
- KAMEL, A. Não Somos Racistas, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.
- LIMA, J. G. O Baú do Gênio de Apipucos, Revista Veja, Editora Abril: São Paulo, 15 de setembro de 1999. Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/150999/p_070.html.
- PACHECO, A.C.L. Branca para Casar, Mulata para f..., Negra para Trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia., Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 2008.
- NOVA ESCOLA ON-LINE, O Herege da Casa-grande, Edição 218. Disponível em revistaescola.abril.uol.com.br.
- SANTOS, J.R. O que é Racismo, 4ª Edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- SCHILLING, V. África Negra: colonização, escravidão e independência. Disponível em educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/africa.htm.
- SCHWARCZ, L.M. O Espetáculo das Raças, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VILLA, M.A. Conheça o Autor de "Casa Grande e Senzala". Pedagogia & Comunicação. Disponível em educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u80.jhtm.

Abstract

In society, alternate experience of relationships, or from the people, whether of groups that make up the social system, with the production of theoretical knowledge constructed from the scientific methodology, which in itself does not inhibit the influence that receives the subjectivity of the researcher and author of a hypothetical question, though, in theory, a scientific associate themselves with the precept of objectivity by hypothesis. In this sense, observing the evolution of the theoretical treatment given by the different approaches of thought over time, with the object of study the racial issue, this work demonstrates the influence of the historical moment, with its political, economic and cultural finally, in society in general on the results obtained. More than ever, showing the relativity of truth and the influence of social, political and economic construction of knowledge in human sciences, which generally does not appear free of Manichaeism rooted in the constructors of knowledge.

Key words

Diversity, Meaning, Racial Conflict, Racial Theory, Racism and Scientific Approach.